



# IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

## “Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

### ANÁLISE SOBRE OS PROFESSORES BRASILEIROS: REPRESENTATIVIDADE E VALORIZAÇÃO EM QUESTÃO

Daniel STOCKMANN (UFMS - Campo Grande)<sup>1</sup>

Ronaldo Rodrigues MOISES (UFSCar – São Carlos)<sup>2</sup>

**Eixo 02** – Formação inicial de professores

#### RESUMO

Este artigo expõe a caracterização dos professores brasileiros nos últimos anos, como a procura pela licenciatura, a divisão sexual e social do trabalho bem como a presença dos cursos por categoria administrativa, privada, municipal, estadual e federal. Parte-se de uma abordagem histórico-crítica em que se privilegia a análise sobre a dimensão formativa como unidade de compreensão do processo de profissionalização. Como a responsabilidade normativa pelas políticas de educação superior ficam à cargo da União, observa-se no texto que a convergência para projetos societários nem sempre são lineares. A concepção de educação para o trabalho (em um viés tecnicista com a preponderância de cursos de educação profissional ou tecnólogos) bem como a compreensão de educação como bem de consumo em detrimento de uma visão de educação como direito público universal são fatores latentes na consecução das políticas públicas educacionais. Outro fator relevante destacado neste texto é a massiva utilização das novas tecnologias como mecanismo de expansão do ensino a distância. Alguns cursos são mais propensos a essa modalidade que outros e, até mesmo algumas disciplinas de cursos presenciais tendem a ficar na modalidade Educação a Distância - EaD, em virtude de “custo/benefício”. Isso suscita reflexões sobre os benefícios e malefícios da mercantilização do ensino e as consequências disso no caso da formação de professores. A configuração de formação, muitas vezes aligeirada, no qual os candidatos à docência foram inseridos historicamente mantém relação direta com os moldes de escola e profissionais que exercem a função nos tempos atuais.

**Palavras-chave:** Formação docente. Representatividade. Investimento.

---

<sup>1</sup> Professor efetivo da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, ocupando atualmente a função de Supervisor de Gestão Escolar na Coordenadoria Regional de Educação de Dourados. Cursa Doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação da UFMS/Campo Grande. Email: [danielstk@hotmail.com](mailto:danielstk@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professor efetivo das redes estaduais e municipais de Educação de Mato Grosso do Sul, técnico do laboratório de acessibilidade e inclusão da UEMS. É doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: [professorronaldoef@gmail.com](mailto:professorronaldoef@gmail.com).

O número de professores atuando em cada rede de ensino varia muito a depender de cada região e local de trabalho, se rural ou urbano, por exemplo. Este artigo se propõe a tecer algumas considerações sobre o dinamismo dos profissionais no país, sua representação social e laboral.

O número de instituições formadoras da profissão docente despontam se com grande heterogeneidade em todo território nacional. Regiões mais populosas, que geralmente apresentam índices econômicos elevados, devido a maior industrialização, possuem maiores concentrações de instituições de ensino superior.

A tabela abaixo retrata o número de cursos por entidade mantenedora, ou seja, por caracterização administrativa no território nacional no ano de 2017. Observa-se que os cursos de bacharelado exercem protagonismo numérico uma vez que historicamente este tipo de formação é voltado para as profissões liberais. Os cursos de licenciatura ocupam uma posição intermediária entre os bacharelados e tecnólogos.

**Tabela 01: Número de cursos por categoria administrativa no Brasil em 2017**

<b>Número de cursos por entidade mantenedora no Brasil em 2017</b>			
	<b>Bacharelado</b>	<b>Licenciatura</b>	<b>Tecnólogo</b>
<b>Total</b>	21.103	7.272	7.005
<b>Federal</b>	3.607	2.083	663
<b>Estadual</b>	1.476	1.525	486
<b>Municipal</b>	353	184	48
<b>Privada</b>	15.667	3.480	5.808

Fonte: INEP/2017

Os dados acima evidenciam que neste ano específico a oferta de cursos de nível superior concentrou-se majoritariamente na rede privada seguida pela rede federal, estadual e municipal, respectivamente. Como a oferta de ensino superior é responsabilidade prioritária da União os números das demais redes não causam surpresa, exceto da rede privada, que obviamente concentra uma distância em termos quantitativos, ao serem contrastados com a União.

Se for considerado que o papel da universidade pressupõe a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e, ao analisar o grande volume e a qualidade da pesquisa realizada quase que exclusivamente em instituições públicas<sup>3</sup>, conclui-se que embora a rede privada tenha se expandido muito, o modelo de ensino e pesquisa adotados pelas universidades públicas precisam ser não só mantidos, mas constantemente aprimorados e ampliados.

Na gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva houve um crescimento preponderante de instituições federais de ensino tanto de educação tecnológica, com a criação de diversos Institutos Federais, quanto superior, com a expansão do número de universidades federais.

Os cursos de licenciatura do quadro anterior correspondem a pouco mais de 30% do total de cursos ofertados enquanto que os bacharelados encontram-se com a maior fatia em termos de oferta. Destaca-se que em virtude da histórica carência de professores formados na área de atuação, houve um esforço do poder público para que profissionais com formações em áreas afins pudessem ser capacitados e habilitados para a licenciatura (no caso de bacharéis), ou segunda licenciatura, para os já licenciados em outras áreas. Esses cursos geralmente possuem uma estrutura abreviada, em virtude dos aproveitamentos curriculares da primeira graduação.

Essa estratégia enquanto política pública pode ser o reflexo da baixa procura pela profissão docente, em virtude dos condicionantes que historicamente assolam o ofício: os baixos salários e as precárias condições de trabalho. Apesar do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB ter consolidado a ação de formação na modalidade de educação a distância desde 2006<sup>4</sup>, boa parte dos cursos em licenciatura são ofertados pela rede privada de ensino, devido a uma série de fatores como, por exemplo, são cursos que não demandam muitos investimentos do mercado para mantê-los, alta procura como segunda opção por parte dos alunos em virtude da forma

---

<sup>3</sup> Pesquisa recente elaborada sobre o recorte de 2011 e 2016 pela *Clarivate Analytics*, a pedido da CAPES, revela que 95% das publicações científicas com impactos internacionais são de universidades públicas estaduais e federais. O Brasil responde pela 13ª posição na *Web of Science* em um universo de 190 países. Disponível em <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respndem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/> consultado no dia 16/05/2019.

<sup>4</sup> O Sistema Universidade Aberta do Brasil foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006 com o objetivo de consolidar parcerias com instituições de ensino superior de todos os entes federativos para a formação em nível de graduação e pós-graduação de professores, interiorizando o acesso às licenciaturas.

de ingresso ser supostamente “mais fáceis”, entre outras motivações de menor custo/benefício.

Neste sentido, a Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação, de 01 de junho de 2015 definiu como pilares da formação continuada dos professores os cursos de licenciatura, os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e os cursos de segunda licenciatura. De acordo com o artigo 15:

Art. 15. Os cursos de segunda licenciatura terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação inicial e a nova licenciatura;

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I – quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas;

II – quando o curso de segunda licenciatura pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas;

III – a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas. (BRASIL, 2015, p. 13).

Portanto os cursos de segunda licenciatura são uma boa oportunidade para recompor as lacunas de profissionais existentes nas redes de ensino e, ao mesmo tempo, o conjunto de exigências para as instituições mantenedoras são mais brandas, o que chama a atenção do mercado. O § 8º do artigo mencionado afirma que:

A oferta de cursos de segunda licenciatura poderá ser realizada por instituição de educação superior que ofereça curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos. (BRASIL, 2015, p.13).

Pontua-se que o aumento da mercantilização da oferta do ensino na modalidade a distância é emblemático para a manutenção da qualidade da educação. Grandes grupos empresariais do ensino como, por exemplo, o *Kroton Educacional*, *Estácio*, *Unip* e *Laureate*, *entre outros*,<sup>5</sup> tendem ao monopólio não somente do ensino, mas de uma concepção de trabalho e de um projeto societário. A educação que deveria ser instrumento de transformação social e redução das desigualdades corre o risco de se tornar exatamente o oposto: ferramenta de manutenção da divisão de classes.

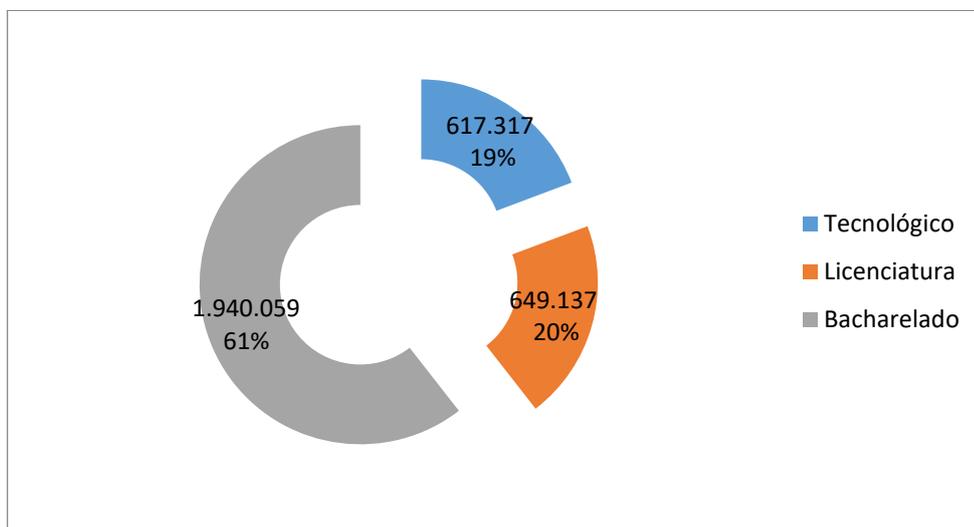
---

<sup>5</sup> O jornal Folha de São Paulo, em matéria de 17 de junho de 2018 elencou os 10 maiores conglomerados do ensino superior privado no Brasil. In.: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml> . Data de acesso: 20/05/2020.

Observa-se que a tendência EaD na lógica do mercado traduz se em um enxugamento curricular inclusive de cursos presenciais. Determinados componentes mais críticos, com perfis de visão histórica, filosófica e sociológica da educação (dispondo-os quase que exclusivamente à distância) e a manutenção de outros, cuja relevância se traduz apenas para práxis didática.

Os dados abaixo mostram a evolução do ingresso em cursos superiores no Brasil a partir dos quais é possível se ter uma ideia da proporção da participação das licenciaturas em relação a outros cursos, bem como, do aumento dos cursos na modalidade à distância.

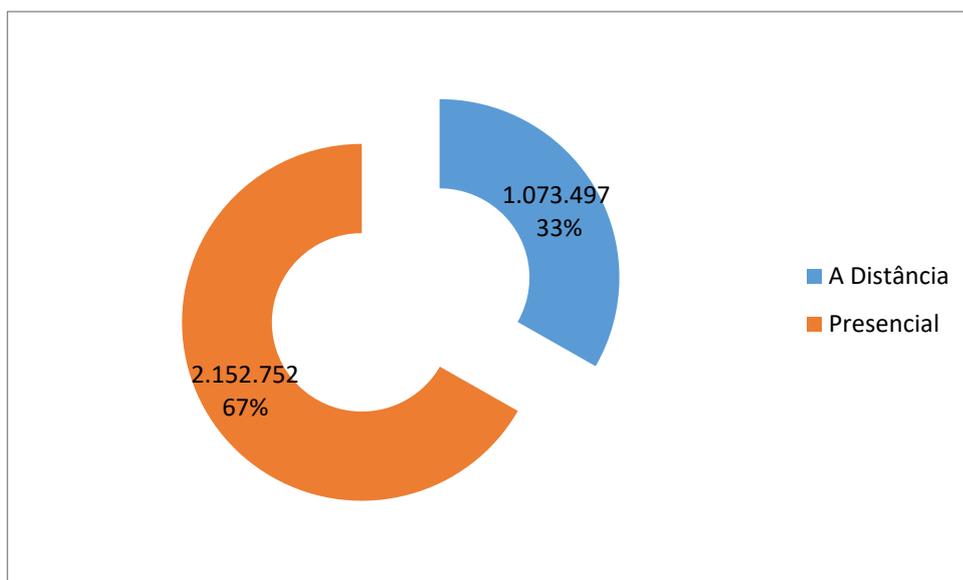
**Gráfico 01: Número de ingressos em graduações por tipologia de cursos 2007-2017**



Fonte: INEP/2017

O número de ingresso em cursos de graduação a distância cresceu significativamente ao longo dos últimos anos, o que fez aumentar sua participação de 15,4% em 2007 para 33,3% em 2017 conforme demonstra o gráfico abaixo.

**Gráfico 02: proporção de ingressos por modalidade de ensino em 2017**



Fonte: INEP/2017

A educação a distância encontra caminho fértil no processo de revolução tecnológica em que as sociedades se encontram. Há uma articulação ideológica, dadas às condições estruturais do atual sistema econômico, de expandir sua oferta para a educação básica também. Isso certamente atingirá não só a qualidade do ensino-aprendizagem como também a qualidade de vida dos profissionais da educação básica. A primeira tentativa ocorreu pelo Michel Temer via Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Como houve reação negativa, o mesmo foi retirado sob a alegação de que havia um erro de redação. No entanto, o Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução nº 03, de 21 de novembro de 2018<sup>6</sup> liberou a possibilidade de oferta da educação a distância no ensino médio sendo de 20% para etapas ofertadas no diurno e de até 30% no noturno.

A nanotecnologia e a robótica produzem reflexos impactantes no mundo do trabalho, conduzindo a novas formas de intensificação e exploração do trabalho como afirma Antunes (2018) ao indicar que esse processo gera um novo proletariado de serviços na era digital. Outro teórico que debate as consequências dessa dinâmica é De Masi (2000) para o qual o tele trabalho é uma realidade inevitável.

No tocante à oferta de formação profissional, observa-se que algumas áreas são mais atingidas que outras, o que o gráfico posterior vem comprovar.

---

<sup>6</sup> Homologada pelo MEC por meio da Portaria nº 1.210, de 20 de novembro de 2018.

**Gráfico 03: Distribuição de Cursos de Licenciatura por sexo - 2017**



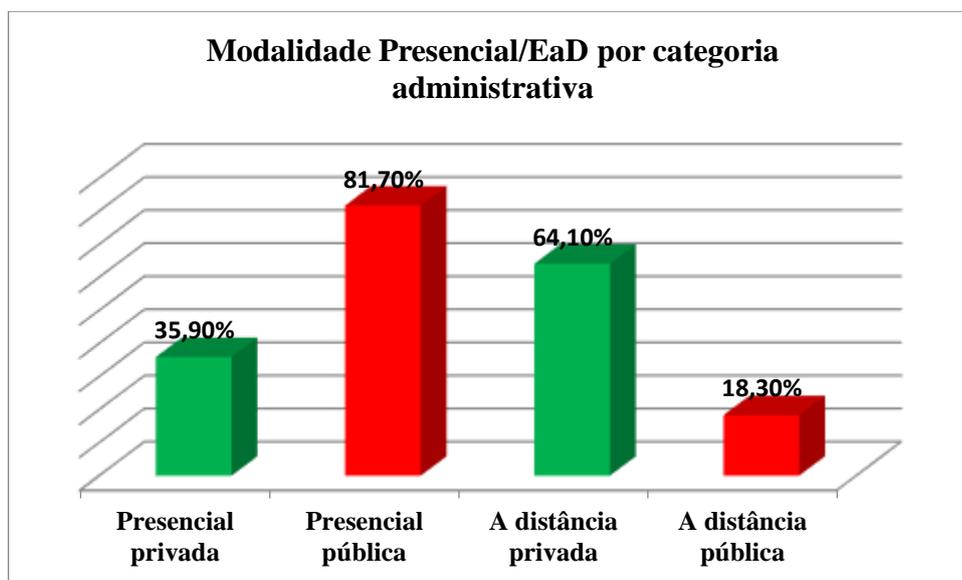
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INEP/2017

**Gráfico 04: Distribuição de Cursos de Licenciatura por organização administrativa - 2017**



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INEP/2017

**Gráfico 05: Distribuição por modalidade de ensino e categoria administrativa**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados do INEP/2017

Os gráficos acima mostram que o perfil do aluno dos cursos de licenciatura é do sexo feminino e estuda em uma universidade privada. Mais de 80% dos estudantes de licenciatura de instituições públicas frequentam cursos presenciais. Na rede privada, prevalecem os cursos à distância, com quase 65% dos alunos.

### **Considerações finais**

Os cursos de licenciatura no Brasil possuem como características a baixa procura e uma alta taxa de evasão. As origens de classe dos candidatos ao magistério bem como a baixa valorização salarial e simbólica do ofício podem ser fatores interpretativos para tais fenômenos.

A luta pela valorização da profissão docente remonta-se ao século XIX e perpassa todo o século XX. Em diversos momentos históricos as Reformas Educacionais procuraram colocar a educação no centro do debate acadêmico como necessidade vital para o desenvolvimento social e econômico. No entanto apenas no final do século XX e inícios do XXI pode se dizer que houve avanços significativos com previsão constitucional maior de recursos e a implementação de planos plurianuais de educação.

Essas medidas, ainda que insuficientes, representam um significativo passo na constituição de uma profissão cuja representação social se assemelhe minimamente com as demais com mesmo nível de formação e complexidade laboral.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Resolução nº 02, de 01 de junho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. In. Conselho Nacional de Educação.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 03, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. In. Conselho Nacional de Educação.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 03, de 08 de outubro de 1997**. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. 3ª Edição. Sextante, Rio de Janeiro – RJ: 2000. Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar do ensino fundamental e do ensino médio nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências.